



# GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

## MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### Monitor da Governança Pan-Amazônica Junho de 2024

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em junho de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Por meio de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

### Sumário

Bolívia .....	<a href="#">2</a>
Brasil .....	<a href="#">3</a>
Colômbia .....	<a href="#">7</a>
Equador .....	<a href="#">10</a>
Guiana .....	<a href="#">12</a>
Peru.....	<a href="#">15</a>
Suriname .....	<a href="#">17</a>
Venezuela .....	<a href="#">18</a>
OTCA .....	<a href="#">19</a>

## **Bolívia**

### **Por Marília Closs e Débora Bedim**

Junho é o mês que marca o “Ano Novo Andino, Amazônico e do Chaco” na Bolívia. A cerimônia tradicional em Tiwanaku, que desde 2006 conta com a presença do presidente da República, foi marcada por desejos de paz e prosperidade, inclusive em termos de agricultura. Não obstante, o mesmo mês foi atravessado por uma série de instabilidades. Uma tentativa de golpe fracassada contra o governo de Luis Arce, liderada pelo general Zúñiga, foi o principal fato político. Além disso, o país viveu uma crise de abastecimento de combustíveis, ao mesmo tempo em que se intensificou uma crise de divisas. Não menos importante, houve a continuidade da crise socioambiental das semanas anteriores.

Uma vez mais, os incêndios florestais foram objeto de notícia. No início de junho, foram registrados 342 focos de calor em sete departamentos, sendo a maior parte deles no departamento de Santa Cruz [1], onde está grande parte da Amazônia boliviana. Posteriormente, o governo boliviano apresentou um plano de ação contra os incêndios florestais, cuja operacionalização será liderada pela *Autoridad de Fiscalización y Control Social de Bosques y Tierra* (ABT). O plano conta com ações de prevenção, resposta e pós-incêndio, além de uma ferramenta de monitoramento permanente das florestas [2] [3]. Um estudo do *Servicio de Monitoreo de la Atmósfera de Copérnico* alertou, no entanto, que os incêndios na Bolívia, no Paraguai e no Brasil já emitiram a maior quantidade de gases de efeito estufa por este tipo de fenômeno, para maio e junho, dos últimos 20 anos [4].

Além disso, entre os dias 10 e 16 de junho, foi realizado o *XI Foro Social Panamazónico* (FOSPA), nos municípios de San Buenaventura e Rurrenabaque. Compareceram organizações e populações indígenas, da sociedade civil e movimentos sociais. O fórum teve como resultado um documento final de 14 páginas, que versou sobre quatro eixos que organizaram os debates: extrativismo, Mãe Terra, ecoturismo e mulheres. A declaração final pede, entre diversos outros elementos, a proteção dos povos indígenas isolados, a defesa da água e da biodiversidade e o rechaço à mineração [5]. Com relação à Bolívia, em específico, houve a divulgação de uma carta, assinado pelo próprio FOSPA, que rejeita a tentativa de aprovação de 19 contratos de mineração que estão tramitando na Assembleia Plurinacional [6].

Em junho, representantes bolivianos também compareceram a reuniões regionais. Nos dias 3 e 5, ocorreu, em Lima, o primeiro encontro da Rede Amazônica de Manejo Integrado do Fogo (RAMIF), no âmbito da OTCA, que levou à assinatura do Memorando de Entendimento sobre Manejo Integrado do Fogo da OTCA [7]. Ademais, entre os dias 24 a 28, o IBAMA realizou, em Brasília, a Primeira Conferência Internacional de Inteligência Ambiental, que contou com a participação de 16 países, organizações internacionais e organizações da sociedade civil, a fim de discutir operações conjuntas de combate a crimes ambientais [8].

Além disso, como já havia ocorrido em meses anteriores, a fronteira Bolívia-Brasil foi objeto de operações policiais de combate ao tráfico de drogas, como do Grupo Especial de Segurança de Fronteira (Gefron) no Mato Grosso [9]. Ainda no que diz respeito às relações Brasil-Bolívia, uma comitiva do Sebrae Rondônia, liderada pela deputada brasileira Cristiane Lopes, esteve na embaixada da Bolívia para discutir a possibilidade de alterar o Código Brasileiro de Aeronáutica para que companhias aéreas internacionais, como as que atuam na Bolívia, operem também em solo brasileiro, exclusivamente na Amazônia Legal. A comitiva foi recebida pelo embaixador boliviano Horácio Pardo [10].

### *Referências*

- [1] Disponível em: <https://www.mmaya.gob.bo/2024/06/03/bolivia-reporta-342-focos-de-calor-en-7-departamentos/>
- [2] Disponível em: <https://www.mmaya.gob.bo/2024/06/11/gobierno-presento-plan-de-accion-contra-los-incendios-forestales/>
- [3] Disponível em: <https://www.mmaya.gob.bo/2024/06/11/gobierno-implementa-el-plan-de-prevencion-lucho-contra-los-incendios/>
- [4] Disponível em: <https://www.canal26.com/planeta/alerta-los-incendios-en-bolivia-paraguay-y-brasil-producen-las-emisiones-de-co2-mas-altas-en-20-anos--380377>
- [5] Disponível em: [https://eldeber.com.bo/pais/fospa-nuestros-cuerpos-y-territorios-no-se-tocan-no-se-violan-no-se-matan\\_371218](https://eldeber.com.bo/pais/fospa-nuestros-cuerpos-y-territorios-no-se-tocan-no-se-violan-no-se-matan_371218)
- [6] Disponível em: <https://www.forosocialpanamazonico.com/por-una-amazonia-con-derechos-y-libre-de-mineria-no-a-la-aprobacion-de-contratos-mineros-en-la-asamblea-plurinacional-de-bolivia-incumpliendo-los-estandares-ambientales/>
- [7] Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2024/ibama-participa-de-reuniao-sobre-combate-a-incendios-florestais-na-amazonia>
- [8] Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2024/ibama-reune-representantes-de-17-paises-para-discutir-o-papel-da-inteligencia-ambiental-no-combate-aos-crimes-ambientais>
- [9] Disponível em: <https://www.cenariomt.com.br/mato-grosso/mato-grosso-apreensoes-causaram-prejuizo-ao-crime-de-r-16-bilhao/>
- [10] Disponível em: <https://aeroin.net/comitiva-discute-pl-para-abertura-do-transporte-aereo-internacional-na-amazonia-legal-na-embaixada-da-bolivia>

## **Brasil**

**Por Diogo Ives e Guilherme Fritz**

O mês de junho foi marcado por uma antecipação do período de seca na Amazônia brasileira, que deveria começar em julho, em mais um indício do efeito das mudanças climáticas na floresta [1]. Os governos de Amazonas, Rondônia e Acre alertaram para o risco de baixa vazão de rios da bacia amazônica, o que pode levar ao deslocamento de populações ribeirinhas e ao aumento de incêndios [2]. Diante disto, o presidente Lula e a ministra Marina Silva anunciaram, no dia 5, em cerimônia no Palácio do Planalto para comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente, um pacto pela contenção de queimadas na Amazônia e no Pantanal com governos estaduais, a fim de articular ações preventivas e de combate ao fogo [3].

Outra medida de articulação multinível feita pela União foi a sanção presidencial do primeiro Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas, no dia 28, após aprovação no Congresso Nacional. O plano tramitava há mais de três anos, mas as enchentes no Rio Grande do Sul, no mês passado, aceleraram a discussão. A nova lei estipula medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas ambiental, social, econômico e de infraestrutura do país e determina que planos de adaptação sejam feitos também nos níveis estadual e municipal, devendo incluir a gestão de riscos climáticos em políticas públicas já existentes e em estratégias de desenvolvimento a serem elaboradas [4].

Entretanto, no dia 26, servidores de áreas ambientais do governo federal decretaram greve, após meses de negociações frustradas em torno de reajuste salarial, reestruturação de carreira e melhores condições de trabalho. A paralisação promete afetar ações de campo (como combate a crimes ambientais) e atividades administrativas (como análise de pedidos de licença ambiental) do IBAMA e do ICMBio [5]. Diante da possibilidade de maior atraso na publicação do parecer do IBAMA sobre a exploração de petróleo pela Petrobras na Foz do Amazonas, que se arrasta há um ano, o presidente Lula enfatizou no dia 12 (quando já havia indicativo de greve), que apoia a liberação. Para justificá-lo, fez uma comparação com países vizinhos: “Você tem petróleo em um lugar, a Guiana está explorando, Suriname e Trinidad e Tobago também estão, e você vai deixar o seu sem explorar? O que temos que fazer é garantir que a questão ambiental será levada 100% a sério” [6]. Salientou, porém, que o Brasil não deixará de investir em energia renovável, como nos casos de biocombustíveis e carros elétricos.

Na política externa, o presidente Lula participou, no dia 13, do fórum inaugural da Coalizão Global para a Justiça Social, no âmbito da 112ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, na Suíça. Em discurso no evento, conectou os eventos climáticos brasileiros à emergência global e reivindicou uma transição ecológica justa para a classe trabalhadora. A Amazônia foi mencionada nos seguintes termos:

As enchentes que levaram destruição ao Sul do Brasil, ao Quênia e à China, e as secas na Amazônia, na Europa e no continente africano mostram que o planeta já não aguenta mais. A crise climática será prioridade da COP30 que será feita na cidade de Belém, em um estado da Amazônia. As florestas tropicais não são santuários para o deleite da elite global. Tampouco podem ser tratadas como depósitos de riquezas a serem exportadas. Debaixo de cada árvore vivem trabalhadoras e trabalhadores que precisam de emprego e renda. A sociobioeconomia, a industrialização verde e as energias renováveis são grandes oportunidades para ampliar o bem-estar coletivo e efetivar a transição justa que defendemos [7].

Para além do Executivo, cabe registrar que a Amazônia também apareceu em iniciativas multiníveis dos outros dois poderes da República. No dia 5 de junho, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso (presidente da Corte), Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Edson Fachin, Flávio Dino e Ayres Brito (ministro aposentado) participaram do lançamento do filme “Amazônia Viva”. Trata-se de uma experiência imersiva em realidade virtual que proporciona uma viagem pelo rio Tapajós. O filme tem duração de 10 minutos e permite sentir os cheiros da floresta, inclusive de queimadas. O projeto é uma realização da Iniciativa Inter-religiosas pelas Florestas Tropicais (IRI Brasil), uma plataforma de ação criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) [8].

Além disso, no dia 18, a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (UNALE) e o Parlamento Amazônico promoveram o 1º Fórum de Deputadas e Deputados Estaduais da Amazônia Legal, em Brasília. A mesa diretora do evento foi composta pela ministra do Planejamento e Orçamento da Presidência da República, Simone Tebet; pelo ministro das Cidades, Jader Barbalho Filho; pelo senador Confúcio Moura (RO); pelo deputado federal Lúcio Mosquini (RO); pelo deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia, Marcelo Cruz (RO); e pelo deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa de Roraima, Francisco Sampaio (RR).

A ministra Tebet foi quem abriu as falas do encontro e ressaltou os cinco eixos de integração do Brasil com países vizinhos em que seu ministério está investindo desde o

fim do ano passado. Os eixos chamam-se: Ilha das Guianas, Amazônica, Quadrante Rondon, Bioceânica de Capricórnio e Porto Alegre-Coquimbo. A ministra ressaltou que, por meio dessa integração, será possível diminuir a desigualdade e promover o desenvolvimento entre as pessoas das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil [9].

O ministro Jader Filho, por sua vez, deu ênfase aos projetos de infraestrutura e moradia, como o “Minha Casa, Minha Vida”, afirmando que a região amazônica precisa conquistar sua autonomia econômica. O ministro também falou sobre a necessidade de um desenvolvimento sustentável e sobre investimentos em saneamento ambiental, que chegam a R\$ 5,3 bilhões na Amazônia Legal [10]. Por fim, o deputado federal Lúcio Mosquini (RO) encerrou o fórum tratando da regularização fundiária da região Norte, que, segundo ele, tem apenas 9,7% das propriedades rurais regularizadas do Brasil, isto é, sob algum controle do Estado [9].

### *Referências*

- [1] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/06/20/seca-na-amazonia-vazante-dos-rios-se-aproxima-da-pior-marca-historica>
- [2] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/06/26/seca-na-amazonia-pode-chegar-antes-do-previsto-e-superar-2023>
- [3] Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contrafake/noticias/2024/07-1/governo-federal-destaca-500-profissionais-para-combate-de-incendios-no-pantana>
- [4] Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202406/governo-sanciona-lei-que-estabelece-diretrizes-para-a-elaboracao-de-planos-de-adaptacao-a-mudanca-do-clima>
- [5] Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2024/06/greve-do-ibama-comeca-segunda-e-quando-acabar-tera-atrasado-dezenas-de-licencas-ambientais.ghtml>
- [6] Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/noticia/2024/06/12/em-evento-com-sauditas-lula-projeta-exploracao-de-petroleo-proximo-a-foz-do-rio-amazonas.ghtml>
- [7] Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-do-presidente-lula-durante-lancamento-da-coalizao-global-para-justica-social-no-ambito-da-112a-conferencia-internacional-do-trabalho>
- [8] Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/stf-exibe-experiencia-imersiva-amazonia-viva-durante-junho/>
- [9] Disponível em: <https://unale.org.br/unale-e-parlamento-amazonico-promovem-1-forum-de-deputadas-e-deputados-estaduais-da-amazonia-legal-com-a-presenca-de-ministros-de-estado/>

[10] Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/ministerio-das-cidades-apresenta-investimentos-para-amazonia-legal-no-1o-forum-de-deputados-estaduais-da-regiao>

## **Colômbia**

**Por Isabella Pereira e Júlia Furtado Reis**

No dia 11 de junho, a Coordenadoria de Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) e a organização Stand.earth publicaram um relatório que examina as políticas de gestão de riscos ambientais e sociais dos principais bancos que financiam a extração de petróleo e gás na Amazônia [1]. O relatório “*Greenwashing na Amazônia*” conclui que, apesar de os bancos se posicionarem como defensores dos direitos humanos e da proteção do meio ambiente, suas políticas de gestão de riscos ambientais e sociais não endereçam precisamente os impactos adversos dos seus financiamentos às petroleiras que atuam na floresta. Seis grandes bancos – Bank of America, Citibank, HSBC, Itaú Unibanco, JPMorgan Chase (JPMC) e Santander – foram responsáveis por aproximadamente 46% do financiamento de projetos de exploração de hidrocarbonetos na Amazônia peruana, colombiana, brasileira e equatoriana nos últimos 20 anos [2].

Apenas em 2021, o JPMC forneceu cerca de US\$ 126 milhões em financiamentos para a empresa petrolífera colombiana Ecopetrol e para a empresa de energia Gran Tierra realizarem operações de exploração de petróleo e gás na Amazônia colombiana [1]. É importante ressaltar que, desde 2023, o governo colombiano decidiu não assinar novos contratos de exploração de hidrocarbonetos e busca garantir que os países amazônicos se comprometam com a preservação de 80% da floresta até 2025 [3][4]. O presidente colombiano Gustavo Petro, desde a IV Cúpula da OTCA em 2023, enfatiza que a exploração de hidrocarbonetos na Amazônia é um “contrassenso” e que os países devem agir coletivamente para pôr um fim a essa prática [5].

O posicionamento do governo colombiano em relação ao estabelecimento de novos contratos de exploração de petróleo e gás na Amazônia encontra uma dissonância já conhecida no posicionamento do governo brasileiro. Em 6 de junho, o ex-presidente colombiano Juan Manuel Santos comentou a divergência em entrevista ao veículo de imprensa brasileiro Valor Econômico. Para Santos, é possível entender o posicionamento de ambos os governos, já que a questão é ambígua: a curto prazo, o lucro da exploração pode beneficiar os países, mas, a longo prazo, “o mundo inteiro perde” [6]. Para o ex-

presidente, o ideal é que se desmonte a economia de exploração petróleo na Amazônia gradualmente [6]. Santos também apontou como fundamental a pacificação da região e o combate coletivo ao crime organizado. Nas suas palavras: “Se isso não acontecer, o combate ao desmatamento será um fracasso. A região, em boa medida, está sob controle do crime organizado, que é um negócio multinacional” [6].

Relacionado ao último ponto, no dia 12 de junho, a InfoAmazonia e a Amazon Underworld, organização que investiga atividades ilícitas na Amazônia, publicaram um relatório sobre a atividade de garimpo ilegal na Amazônia equatoriana e colombiana, com destaque para as atividades do grupo armado Comandos de La Frontera (CDF). Segundo o relatório, o grupo está ligado à Segunda Marquetalia. Esta organização é liderada por Iván Marquez, dissidente das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) após recusar o acordo de paz com o governo colombiano, em 2016. É importante ressaltar que, em 5 de junho, delegações do governo de Petro e da Segunda Marquetalia assinaram um acordo para iniciar formalmente diálogos para paz. Entre os negociadores, está o líder dos CDF, Giovani Andrés Rojas, conhecido como “Araña” [7].

Araña faz parte da direção intermediária da Segunda Marquetalia, que “é responsável pelas relações entre as estruturas regionais e a Direção Nacional e coordena as bases políticas da organização, como o Partido Comunista Clandestino Colombiano, o Movimento Bolivariano pela Nova Colômbia, o Conselho Patriótico Bolivariano e as células e comandos de milícias que operam em zonas urbanas” [8]. O líder da CDF esteve presente durante a mesa de diálogo com a Segunda Marquetalia, que ocorreu em Caracas, entre os dias 24 a 29 de junho [9]. Entre os principais resultados dos diálogos, pode-se destacar o cessar-fogo unilateral declarado pela Segunda Marquetalia, que entrará em vigor quando houver a expedição de um decreto presidencial para a suspensão de operações militares ofensivas [10]. Apesar de marcar presença sobretudo no Equador, o grupo opera principalmente no estado colombiano de Putumayo e na fronteira de Sucumbíos, com tráfico de drogas, extorsão e garimpo. Nessa fronteira, as mortes violentas aumentaram de 27 em 2019 para 176 em outubro de 2023, segundo o Observatório Equatoriano do Crime Organizado [11].

Em relação aos preparativos para a COP16, a Cúpula da Biodiversidade, que ocorrerá na Colômbia entre outubro e novembro de 2024, a ministra de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Susana Muhamad, fez uma passagem pela Noruega e Alemanha, países considerados aliados estratégicos da Colômbia na busca por soluções para a crise planetária. Por meio de encontros entre os dias 25 e 28 de junho, a ministra

buscou respaldo internacional para a concessão do financiamento necessário para o cumprimento das metas globais de biodiversidade para 2030 e 2050 [12].

Além disso, cabe destacar o papel da ministra em tratar dos avanços do Plano Integral de Contenção do Desmatamento na Colômbia, que foi apresentado durante o *Oslo Tropical Forest Forum* (OTFF), nos dias 25 e 26 de junho [13]. Na oportunidade, a ministra enfatizou os quatro principais objetivos da Colômbia na COP16, sendo eles: o lançamento da Coalizão de Paz com a Natureza; a unificação das agendas de clima e biodiversidade; a criação de um sistema de repartição de benefícios dos recursos genéticos; e a assinatura de acordos sobre financiamento para proteger a biodiversidade até 2030 [14].

### *Referências*

- [1] Disponível em: <https://coicamazonia.org/el-blanqueo-ecologico-en-la-amazonia/>
- [2] No ano de 2022, o HSBC incluiu a Amazônia na sua área de exclusão geográfica para o financiamento de operações de exploração de hidrocarbonetos e, desde então, não financia mais o setor na região.
- [3] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/colombia-fija-su-posicion-para-salvar-la-selvaen-cumbre-amazonica-de-brasil/>
- [4] Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/colombia-decidiu-nao-assinar-novos-contratos-de-exploracao-de-petroleo-diz-petro-na-cop28/>
- [5] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2023/08/08/declaracao-final-da-cupula-da-amazonia-frustra-expectativas.htm>
- [6] Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2024/06/06/preservacao-da-amazonia-passa-pelo-combate-ao-crime-organizado-diz-juan-manuel-santos.ghtml>
- [7] Disponível em: [https://infoamazonia.org/2024/06/12/criminosos-colombianos-e-equatorianos-estendem-sua-influencia-pela-amazonia/#google\\_vignette](https://infoamazonia.org/2024/06/12/criminosos-colombianos-e-equatorianos-estendem-sua-influencia-pela-amazonia/#google_vignette)
- [8] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/politica/proceso-de-paz/con-quien-se-va-a-sentar-a-dialogar-el-gobierno-en-la-mesa-de-negociacion-con-la-segunda-marquetalia-3350221>
- [9] Disponível em: <https://www.msn.com/es-co/noticias/other/agenda-de-di%C3%A1logos-y-foco-territorial-concentran-la-discusi%C3%B3n-de-gobierno-y-segunda-marquetalia/ar-BB1p7MbJ>
- [10] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/politica/proceso-de-paz/finalizan-primera-ronda-de-dialogos-con-segunda-marquetalia-disidencia-acuerda-cese-al-fuego-unilateral-3357574>
- [11] Disponível em: [https://infoamazonia.org/2024/06/12/criminosos-colombianos-e-equatorianos-estendem-sua-influencia-pela-amazonia/#google\\_vignette](https://infoamazonia.org/2024/06/12/criminosos-colombianos-e-equatorianos-estendem-sua-influencia-pela-amazonia/#google_vignette)
- [12] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/vida/medio-ambiente/ministra-de-ambiente-inicia-gira-por-europa-para-promover-la-cop16-de-biodiversidad-que-se-realizara-este-ano-en-colombia-3355548>
- [13] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/en-noruega-colombia-revelo-sus-cuatro-prioridades-para-la-cop16-de-biodiversidad/>

[14] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/vida/medio-ambiente/colombia-revelo-sus-cuatro-prioridades-para-la-cop16-de-biodiversidad-3356595>.

## **Equador**

**Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello**

No dia 10 de junho, foi noticiada a realização da Oficina Nacional de Implementação do Programa de Ações Estratégicas (PAE) para a gestão das águas amazônicas em Quito, no Equador [1]. Com a participação da diretora-administrativa da OTCA, Edith Paredes, e complementando as atividades do Projeto Bacia Amazônica, especialistas na Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) e líderes de comunidades indígenas abordaram questões relacionadas ao cuidado e à cooperação no tratamento da água na região. Carlota Toca e Cawo Boya, duas lideranças do povo Waorani, participaram das discussões sobre cultura, educação e capacitação de gênero, destacando o papel das comunidades indígenas e das mulheres na gestão e conservação da água.

Como parte do ciclo de oficinas realizadas nos oito países amazônicos, o evento realizado em Quito integra as ações da OTCA orientadas para a consolidação das Estratégias de Cooperação Regional para a GIRH, que também gerarão insumos para os Planos de Ação Nacionais. Santiago Apunte, sub-secretário para América Latina e Caribe, reforçou o apoio do Equador ao PAE e disse que o programa é importante pois não só permite a capacitação de especialistas, como também fortalece as comunidades na adaptação aos impactos das mudanças climáticas, na governança da água e na produção de dados sólidos para a tomada de decisões nos níveis nacional e regional. Para a vice-ministra do Ministério do Meio Ambiente, Água e Transição Ecológica, María Luisa Cruz, a oficina permitiu aos participantes identificar ações para desenvolver a equidade de gênero, além de possibilitar planos para a “construção de um futuro mais sustentável e equitativo para todas as famílias que dependem dos recursos hídricos amazônicos” [1].

Na oficina, os representantes da GIRH mapearam os avanços promovidos pelo Equador na gestão da água e traçaram ações futuras, como o fomento aos Conselhos de Bacia e à gestão participativa dos planos de manejo dos recursos hídricos. O grupo de cultura e educação, por sua vez, propôs estratégias para incluir, no PAE, as visões cultural, artística e educativa dos povos indígenas e das comunidades tradicionais na Amazônia equatoriana, com destaque para a proposta de criação de uma rede de comunicadores e ativistas para conectar as populações dos oito países amazônicos. No grupo de capacitação de gênero, os participantes usaram o Scanner de Transversalização de

Gênero, desenvolvido pela Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) e pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), para realizar diagnósticos rápidos e elaborar recomendações para a implementação da perspectiva de gênero nos projetos.

O mês de junho também foi marcado por incidentes de vazamentos de petróleo, mineração ilegal, fortes chuvas tropicais e desabamentos de terra na região da Amazônia equatoriana. No dia 11, um vazamento de petróleo de um duto da estatal Petroecuador ocorreu na região de Orellana e afetou o curso de água do Rio Napo, que também atravessa territórios do Peru, Colômbia e Brasil. O vazamento, segundo o Ministério do Meio Ambiente, foi controlado pela empresa estatal, que se defendeu alegando que estabeleceu barreiras de contenção no perímetro, mas que as fortes chuvas na região favoreceram que parte da contaminação alcançasse o curso fluvial. Em decorrência disso, no dia 27 de junho, o Ministério do Meio Ambiente apresentou uma nota na qual indicou que está fiscalizando as atividades de limpeza e controle do incidente [2].

No dia 13 de junho, a Assembleia Nacional do Equador aprovou uma resolução que declarou estado de emergência na região amazônica por conta da intensidade das atividades de garimpo ilegal. A proposta, apresentada pela Frente Nacional contra a Mineração, cria obrigações ao governo de atender o território da floresta equatorial com políticas públicas capazes de atender a população com serviços e oportunidades econômicas alternativas ao garimpo ilegal, reduzindo a incidência de pessoas alistadas em atividades de mineração ilegal [3].

Por fim, entre os dias 14 e 25 de junho, a região amazônica enfrentou fortes chuvas, que provocaram desmoronamentos de encostas, enchentes e danos à infraestrutura pública, resultantes de sedimentos carregados pelas águas das regiões de encostas para terrenos mais baixos. Os eventos climáticos extremos bloquearam importantes estradas e pontes, dificultando o deslocamento da população em 13 das 24 províncias do país [4]. O governo nacional organizou uma força tarefa interministerial para administrar a crise e prestar socorro às localidades mais afetadas. Alguns povoados, como Río Verde e Baños, conhecida como “Portão da Amazônia”, pediram urgência para realocar a população, gravemente afetada pelos deslizamentos e pelo desabastecimento de água [5].

## *Referências*

[1] Disponível em: <https://otca.org/pt/equador-reune-especialistas-em-gestao-integrada-de-recursos-hidricos-e-representantes-de-comunidades-indigenas-amazonicas-para-formular-recomendacoes-a-implementacao-do-pae/>

[2] Disponível em: <https://www.expreso.ec/actualidad/ambiente-reacciona-16-dias-despues-derrame-petroleo-amazonia-204929.html> e <https://www.dw.com/es/derrame-de-petr%C3%B3leo-contamina-r%C3%ADo-amaz%C3%B3nico-en-ecuador/a-69500066>

[3] Disponível em: <https://actualidad.rt.com/video/512785-asamblea-nacional-ecuador-resolucion-emergencia>

[4] Disponível em: <https://www.primicias.ec/noticias/sociedad/lluvias-vias-cerradas-sierra-deslave-banos-ecuador/> e <https://www.infobae.com/america/agencias/2024/06/16/intensas-lluvias-afectan-a-varias-carreteras-en-los-andes-y-la-amazonia-de-ecuador/>

[5] Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/ecuador/banos-carretera-comercio-puyo-deslave.html>

## **Guiana**

### **Por Guilherme Fritz**

No dia 3 de junho, o ministro brasileiro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse que o Brasil deveria “se espelhar” na Guiana em relação à exploração de petróleo na Margem Equatorial. A fala foi uma tentativa de melhorar outra declaração, dada no dia 27 de maio, em que Alexandre Silveira afirmou que a Guiana estaria “chupando de canudinho” o petróleo de um território que faz fronteira com o Brasil, o que resultou em um pedido de retratação, por parte da embaixada da Guiana no Brasil, devido ao constrangimento gerado. Apesar da situação, Vernon Robinson, encarregado de negócios da Guiana no Brasil, deixou claro que o vizinho é um importante parceiro internacional. Cabe notar que Alexandre Silveira parece ter confundido as duas Guianas, pois o país que faz fronteira marítima com o Brasil é a Guiana Francesa e não a Guiana [1].

A Guiana já é o terceiro maior fornecedor de petróleo cru do mundo que não é membro da OPEP, ficando atrás do Brasil e dos Estados Unidos. A atividade é liderada pela ExxonMobil, empresa estadunidense que firmou contratos com a Guiana desde 2015. O custo de extração na Guiana é o segundo mais barato do planeta: US\$36 por barril (enquanto, nos Estados Unidos, é de US\$57, por exemplo). Essa realidade gera uma atratividade ainda maior ao capital estrangeiro, impulsionando o setor de óleo e gás, que é o grande vetor de arrecadação do Estado guianês [2].

No dia 12 de junho, a Kaieteur News publicou uma reportagem sobre o orçamento de 2023 feito pelo Banco da Guiana, no qual foi demonstrado que o total de receitas do

petróleo extraído do bloco Stabroek foi de US\$11,8 bilhões. Cerca de US\$8,4 bilhões desse montante foi direcionado para a ExxonMobil, enquanto apenas US\$1,6 bilhão foi apropriado pela Guiana. Essa disparidade é justificada pelos custos de produção que a empresa possui, porém também levanta um debate sobre os contratos entre a empresa e o Estado.

Tanto a oposição ao governo atual, liderada por Aubrey Norton, quanto o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) e especialistas internacionais afirmam que os contratos deveriam ser renegociados para que uma espécie de *ring-fencing* (uma circunscrição em parte da receita, buscando direcioná-la para fins específicos) seja criado, a fim de que o Estado torne a distribuição da renda do petróleo menos assimétrica. O debate existente no país não é sobre extrair o petróleo em si, mas sobre a apropriação da receita gerada pelo mesmo, a despeito da urgência climática [3] [4].

No dia 14 de junho, a Subsecretária dos Estados Unidos para o Controle de Armas e Segurança Internacional, Bonnie Jenkins, participou de uma conferência de imprensa em Georgetown. Jenkins afirmou que os Estados Unidos trabalhariam junto com a Guiana para proteger os recursos naturais do país, garantindo um ambiente pacífico para seu desenvolvimento. A subsecretária encontrou-se com o Primeiro-Ministro, Mark Phillips; com o Chefe de Defesa do Estado-Maior, Omar Khan; e com o Assessor de Segurança Nacional, Gerry Gouveia. As partes trataram da segurança na região, atrelando-a não apenas à violência armada, mas também a possíveis inseguranças climáticas e ambientais na região do Caribe e na Amazônia. Jenkins afirmou que é necessário ter uma visão holística da questão, de tal forma que todas as atividades ilegais devem ser combatidas, incluindo mineração ilegal, tráfico de armas e drogas, e lavagem de dinheiro [5].

### Referências

- [1] Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/energia/guiana-pede-que-governo-lula-esclareca-acusacao-de-ministro-palavras-lamentaveis/>
- [2] Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2024/06/10/cost-to-produce-oil-in-guyana-second-cheapest-in-the-world-new-intl-oil-report/>
- [3] Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2024/06/12/exxon-grabs-us8-4b-out-of-us11-8b-revenue-made-in-2023-for-cost-recovery-bank-of-guyana-report/>
- [4] Disponível em: <https://bankofguyana.org.gy/bog/images/research/Reports/ANNREP2023.pdf>
- [5] Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2024/06/15/us-vows-to-protect-guianas-resources-for-countrys-development/>

## Peru

Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

O mês de junho foi marcado pela participação do governo peruano em eventos multilaterais com o objetivo discutir diretrizes e ações voltadas à preservação da Amazônia. Houve ações realizadas tanto pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) como pelo Ministério do Meio Ambiente (MINAM). Cabe destacar, no início do mês, a realização do primeiro encontro de representantes dos oito países amazônicos da OTCA, em Lima, para coordenar estratégias e reduzir os impactos dos incêndios florestais na região. Durante o evento, foram abordados os avanços e os desafios na gestão de incêndios florestais, buscando, no âmbito da Rede Amazônica de Manejo Integrado do Fogo (RAMIF), propor um plano de trabalho para o período 2025-2026 [2]. Representantes do MINAM salientaram o compromisso do governo peruano na proteção do meio ambiente por meio da cooperação internacional [2][3].

Além disso, em 26 de junho, durante o *Oslo Tropical Forest Forum* (OTFF), delegados do Peru ressaltaram o papel crucial das comunidades indígenas na ação climática e na conservação da biodiversidade na região. A vice-ministra do Meio Ambiente, Raquel Soto, sublinhou a importância da floresta amazônica e os esforços do país para cumprir o Acordo do Clima de Paris por meio da participação dos povos indígenas e de comunidades locais [6]. Soto destacou programas agroflorestais que beneficiam mais de 600 famílias de pequenos produtores e promovem a agricultura livre de desmatamento; a implementação do manejo florestal comunitário em 1,5 milhões de hectares; e a assinatura de acordos de conservação com mais de 300 comunidades nativas para preservar 3,1 milhões de hectares de floresta amazônica [6].

Durante o mês, também houve uma série de anúncios de parcerias internacionais. O Programa para Bionegócios do MINAM foi ampliado para cinco regiões amazônicas. Desse modo, micro, pequenas e médias empresas sustentáveis foram beneficiadas com crédito financeiro por promover o ecoturismo e o aproveitamento de recursos florestais não madeireiros. Este programa conta com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) [5]. Além disso, foram investidos mais de 1,7 milhões de euros da União Europeia, por meio do plano de ação Peru-Euroclima, a fim de fortalecer o monitoramento das ações de mitigação de gases de efeito estufa e a redução da

vulnerabilidade frente às mudanças climáticas [1]. Esta iniciativa envolve o MINAM, o Ministério de Energia e Minas, o Ministério de Desenvolvimento Agrário e Risco, e o Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas pelo Estado (Sernanp). O projeto visa a melhorar a qualidade de vida da população local, bem como a conservação ambiental, sobretudo no que toca a mitigação dos efeitos da mudança climática [1]. Finalmente, foi anunciado o Projeto *Probosques y Humedales*, em colaboração com a Agência de Cooperação Internacional do Japão. A iniciativa foca na conservação dos ecossistemas de florestas e áreas úmidas amazônicas. A intenção é fortalecer a capacidade técnica de mapeamento e monitoramento florestal, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais e a mitigação das mudanças climáticas [4].

### Referências

- [1] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/968018-mas-de-1-700-000-euros-se-invertiran-para-fortalecer-las-acciones-frente-al-cambio-climatico-en-el-peru>
- [2] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/971006-paises-amazonicos-identifican-actividades-y-estrategias-conjuntas-para-reducir-los-impactos-de-incendios-forestales-en-el-ambiente>
- [3] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/970676-red-de-otca-se-reune-en-el-peru-para-combatir-los-incendios-en-la-amazonia>
- [4] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/971409-gobierno-promueve-el-trabajo-multisectorial-para-conservar-los-bosques-y-humedales-ante-impactos-del-cambio-climatico>
- [5] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/976949-programa-para-bionegocios-del-minam-se-amplia-a-cinco-regiones-amazonicas>
- [6] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/978058-en-foro-global-peru-destaca-el-rol-vital-de-las-comunidades-nativas-para-la-accion-climatica-y-la-conservacion-de-nuestra-biodiversidad>

## Suriname

### Por Guilherme Fritz

Entre os dias 4 e 7 de junho, o Suriname realizou a *Suriname Energy Oil and Gas Summit and Exhibition 2024*, na capital Paramaribo. O evento foi promovido pela Staatsolie, empresa estatal de óleo e gás do Suriname. Assim como a Guiana, o Suriname também descobriu um potencial de exploração de petróleo *offshore* ímpar (no seu caso, na Margem Equatorial), de tal forma que o evento marca uma tentativa de divulgar os projetos de energia do país e atrair investidores externos [1].

O projeto de desenvolvimento do Suriname hoje consiste na exploração e exportação do petróleo *offshore* combinado com as reservas florestais, que permitem a captura de carbono. Entretanto, o Estado também busca a diversificação das possibilidades econômicas, o que o leva a investir no desenvolvimento de uma agricultura em áreas florestais, justificada por discursos sobre “insegurança alimentar”. Contudo, uma corte no Suriname ordenou a paralisação de um projeto que envolveria cerca de 535 mil hectares voltados para a agricultura. O plano seria a alocação de famílias menonitas [2], promovido pela empresa Terra Invest em parceria com o Ministério da Agricultura do Suriname. O objetivo, além de ocupar o território, seria o de desenvolver a agricultura localmente. A corte entendeu que o território em questão já é ocupado por populações nativas, de tal forma que determinou que o governo do Suriname não pode avançar com o projeto sem que os habitantes atuais do território se manifestassem, a favor ou contra. O projeto promoveria necessariamente um desmatamento que poderia chegar a 1% do total de florestas do país [3]. Apesar de incluir múltiplas frentes, o processo de desenvolvimento econômico no Suriname não escapa das contradições que implicam na transformação da natureza em prol do capital.

### *Referências*

[1] Disponível em: <https://suriname-energy.com/seogs>

[2] Disponível em: [http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2024/03/Boletim\\_OPSA\\_2023\\_n4.pdf](http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2024/03/Boletim_OPSA_2023_n4.pdf). Ver Monitor da Governança Pan-Amazônica sobre o Suriname de outubro de 2023.

[3] Disponível em: <https://news.mongabay.com/2024/06/landmark-ruling-grants-protections-to-local-and-indigenous-communities-for-now/>

### **Venezuela**

#### **Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun**

Em junho, o destaque da conjuntura política da Amazônia venezuelana continuou sendo a atuação da Força Armada Nacional Bolivariana (FANB). No dia 8, o Comandante Estratégico Operacional da FANB, Domingo Hernández Lárez, informou, por meio de postagem na rede social X, que voos de “ajuda social” de Porto Ayacucho, capital do Amazonas, até as remotas comunidades de La Esmeralda e Parima, na selva amazônica, foram ativados [1].

Essas comunidades são formadas por assentamentos indígenas do povo Yanomami. De acordo com o comandante da FANB, a ativação desses voos de ajuda social será importante para levar “paz, saúde, bem-estar e felicidade total para nosso povo Yanomami, apesar das medidas genocidas de paralisação estratégica [em alusão às sanções internacionais] impostas pelo Norte e por seus lacaios” [2]. Contudo, até o momento, as autoridades ainda não explicaram como funcionará e no que consistirá a ajuda que será enviada a essas pessoas [3].

No que se refere às operações de desmonte de acampamentos de mineração ilegal em áreas da Amazônia venezuelana, no dia 3, houve avanços na operação “Neblina 2024”, que atua no estado de Amazonas. Na ocasião, a FANB destruiu mais dois acampamentos na região, um no município de Atabapo (setor Yagua) e outro no município de Cerro Yapacana (setor Mina Anibal). De acordo com Lárez, esses acampamentos estavam equipados com uma série de materiais destinados à destruição ambiental e ecocídio [4]. No dia 7, outro acampamento foi destruído no estado de Amazonas [5]. Já no dia 12, no marco da operação “Caura 2024”, cerca de 50 estruturas de mineração ilegal foram desmanteladas, 49 no estado Bolívar e uma no Amazonas.

Como argumentou o comandante da FANB, “de acordo com o ordenamento jurídico territorial venezuelano, está proibida a exploração mineira em parques nacionais e reservas florestais, além da construção de instalações e a presença humana sem o controle do Ministério do Ecosocialismo e Águas” [6]. Por fim, no dia 19, novamente sobre o marco da operação “Neblina 2024”, a FANB detectou e destruiu implementos utilizados por mineradores ilegais [7].

Para além da atuação da FANB, outro acontecimento relevante nesse mês foi a denúncia feita pela ONG Fundaredes, no Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil (12 de junho), sobre a violação de direitos humanos de crianças e adolescentes residentes no sul da Venezuela, mais especificamente nos estados de Amazonas, Bolívar e Delta Amacuro, principalmente em comunidades indígenas. Essas crianças e adolescentes seriam vítimas de “maus tratos cruéis por parte de grupos armados irregulares”, que exercem atividades de mineração ilegal, como ser “forçadas a trabalhar em minas sob condições desumanas”. Ademais, a Fundaredes denunciou a falta de ação do Estado venezuelano frente a tais condições, o que, de acordo com o informe, “permite que esses grupos delituosos operem sem controle, violando os direitos fundamentais das comunidades indígenas” [8].

## *Referências*

- [1] Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/activan-vuelos-de-ayuda-social-hacia-asentamientos-de-indigenas-yanomami-en-amazonas/>
- [2] Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/activan-vuelos-de-ayuda-social-hacia-asentamientos-de-indigenas-yanomami-en-amazonas/>
- [3] Disponível em: <https://www.eluniversal.com/venezuela/183752/venezuela-activa-vuelos-de-ayuda-social-hacia-asentamientos-indigenas-en-la-amazonia>
- [4] Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/183277/amazonas-fanb-desmantelo-campamentos-de-mineria-ilegal>
- [5] Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/183670/militares-de-venezuela-destruyen-un-campamento-dedicado-a-la-mineria-ilegal-en-la-amazonia>
- [6] Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/184003/militares-venezolanos-destruyen-en-la-amazonia-estructuras-donde-realizaban-mineria-ilegal>
- [7] Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/184604/fanb-destruyo-implementos-usados-para-la-mineria-ilegal-en-amazonas>
- [8] Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/fundaredes-denuncia-la-explotacion-infantil-en-el-arco-minero-del-orinoco/>

## **OTCA**

### **Por Beatriz Bandeira de Mello**

Entre os dias 4 e 6 de junho, aconteceu o Primeiro Encontro Regional da Rede Amazônica de Manejo Integrado do Fogo (RAMIF) da OTCA [1]. Sediada em Lima, no Peru, a reunião discutiu estratégias para operar a gestão integral do fogo nos marcos do “Memorando de Entendimento para a Cooperação e Assistência Mútua para o Manejo Integrado do Fogo entre os Países Membros da OTCA”, acordado em 2021 e aprovado em outubro de 2023. Além de ações para prevenir e gerenciar incêndios florestais, a iniciativa também prevê o fortalecimento das capacidades comunitárias, técnicas e científicas dos países amazônicos. Com apoio do Projeto CoRAmazônia (OTCA/BMZ/GIZ) e do Programa Amazônia+, financiado pela União Europeia, o encontro reforçou as diretrizes da Declaração de Belém no âmbito da OTCA.

No dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, o Parlamento Amazônico (Parlamaz) realizou a sua VIII Reunião Extraordinária em Tarapoto, no Peru, depois de dez anos sem atividades [2]. Sob a presidência do senador Nelsinho Trad (Partido Social Democrático) e com a participação de delegações dos países membros, organizações que atuam na Amazônia e a diretora-executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, as autoridades discutiram aspectos da cooperação para o desenvolvimento sustentável, políticas públicas para a região amazônica e uma possível institucionalização do Parlamaz dentro da OTCA.

Um dos resultados da reunião foi a moção de apoio aprovada pelos parlamentares para garantir a implementação das redes de apoio da organização.

Durante o encontro, o professor Carlos Eduardo Young, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), abordou a importância da integração da Amazônia com outros biomas, como o Pantanal. Além disso, os presentes pontuaram a participação dos países representados na OTCA na Conferência das Partes sobre Biodiversidade (COP16), que será realizada em outubro em Cali, na Colômbia, e na COP29 sobre o Clima, em novembro, em Baku, Azerbaijão.

No dia 11 de junho, a Procuradora-Geral da Colômbia, Margarita Cabello Blanco, visitou a sede da OTCA para promover o diálogo entre as duas instituições [3]. Junto aos membros da organização, Cabello Blanco discutiu temas ligados à intervenção em processos administrativos e judiciais, proteção dos direitos humanos e do meio ambiente, prevenção de infrações e vigilância na Amazônia. Na reunião, a procuradora elencou que as prioridades de sua atuação são o combate ao desmatamento e à mineração ilegal, bem como a transição energética. Ela propôs uma parceria entre o Observatório Regional Amazônico (ORA) da OTCA e a Procuradoria-Geral da Colômbia, além da criação de um espaço na COP16 com representantes das procuradorias dos países amazônicos com o objetivo de compartilhar experiências e garantir as melhores práticas jurídicas na região.

Entre os dias 11 e 12 de junho, a diretora-executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, e o Coordenador de Assuntos Indígenas, Freddy Mamani, estiveram em La Paz, na Bolívia, onde participaram de uma série de reuniões com membros do governo [4]. Além de destacarem a importância da Amazônia na agenda internacional, Grazziotin e Mamani pontuaram o imperativo de fortalecer a cooperação regional para enfrentar os desafios gerados pelas mudanças climáticas. Grazziotin se encontrou com a Ministra de Relações Exteriores da Bolívia, Celinda Sosa, que reforçou a necessidade de promover ações concretas em prol da Amazônia, defendendo a manutenção das relações com a OTCA tendo como base as visões compartilhadas.

Grazziotin também encontrou o Ministro do Meio Ambiente e Água da Bolívia, Alan Linsperguer, que compartilhou com ela o posicionamento boliviano frente a temas como biodiversidade, áreas protegidas, desenvolvimento florestal e bioeconomia ou “Economia da Mãe Terra”, reforçando o papel da OTCA nessas agendas. Por fim, Grazziotin participou de um painel de Avaliação Rápida da Diversidade Biológica e dos Sistemas Ecológicos na Região Amazônica, organizado pela OTCA e pela vice-presidência da Bolívia, que analisou os avanços alcançados pelo projeto. Ao lado do vice-

presidente boliviano, Jilata David Choquehuanca, a diretora-executiva da OTCA trocou experiências e registrou a importância das relações bilaterais em prol do desenvolvimento da Amazônia.

No dia 14 de junho foram publicados os resultados da participação da diretora-administrativa da OTCA, Edith Paredes, no 10º Fórum Mundial da Água (WWF) que aconteceu em Bali, na Indonésia [5]. Paredes mostrou o trabalho realizado pela OTCA na gestão de recursos hídricos da Bacia Amazônica e, a convite da Rede Internacional de Organismos de Bacias (INBO-RIOB), discorreu sobre o Projeto Bacia Amazônica, executado desde 2021 pela organização com apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). Paredes enfatizou a governança democrática e participativa da água, além de destacar o papel da OTCA na promoção da cooperação política, técnica, científica e financeira, na construção de acordos multilaterais, na promoção do desenvolvimento sustentável e na redução das assimetrias entre os países da Amazônia.

No tocante à gestão da água, Paredes frisou a criação, em 2023, da Rede Amazônica de Autoridades da Água (RADA), ratificada na Declaração de Belém, e sua atuação na tarefa de garantir às populações o direito à água potável e à revitalização, conservação e proteção das fontes de água. Quanto à governança da água, Paredes citou as ações implementadas pela OTCA, como o Módulo de Redes do Observatório Regional Amazônico (ORA), sistema de monitoramento que fornece dados sobre chuvas, níveis e vazões dos rios e qualidade das águas amazônicas, facilitando a implementação de medidas de mitigação em eventos extremos, como enchentes e secas.

Em um painel organizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), nomeado “Cooperação e paz pela água na América do Sul: perspectivas para o Guarani, a Amazônia e a Bacia do Prata”, Paredes frisou o papel fundamental da água na vida da população que reside na região amazônica e para os ecossistemas locais. No último dia do evento, a diretora-administrativa foi painelistada na sessão “Água Potável! Um desafio para as comunidades vulneráveis da América Latina”, promovida pela hidrelétrica Itaipu Binacional. Na mesa, Paredes apresentou os tópicos principais do “Plano de Ação Transfronteiriço de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos para a Amazônia”, desenvolvido pela OTCA e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

No dia 20 de junho, Vanessa Grazziotin participou do Congresso Mundial de Governos Locais pela Sustentabilidade (ICLEI), em São Paulo [6]. Como parte da sessão

“Cidades amazônicas, únicas e insubstituíveis”, Grazziotin destacou que é preciso falar sobre a Amazônia de maneira integrada, considerando a qualidade de vida dos cidadãos, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável. Ela também pontuou as ações recentes da OTCA em matéria de saneamento básico e gestão de resíduos sólidos nas cidades amazônicas e na criação de um sistema integrado de alertas precoces para enchentes e secas.

### *Referências*

- [1] Disponível em: <https://otca.org/pt/lima-realiza-o-primeiro-encontro-regional-da-rede-amazonica-de-manejo-integrado-do-fogo-ramif-da-otca/>
- [2] Disponível em: <https://otca.org/pt/parlamaz-retorna-ao-peru-para-debater-institucionalizacao-e-desafios-da-cooperacao-amazonica/>
- [3] Disponível em: <https://otca.org/pt/procuradora-geral-da-colombia-visita-a-sede-da-otca/>
- [4] Disponível em: <https://otca.org/pt/a-diretora-executiva-da-otca-se-reune-com-altos-funcionarios-do-governo-boliviano/>
- [5] Disponível em: <https://otca.org/pt/gestao-integrada-da-bacia-amazonica-e-destaque-em-eventos-do-10o-forum-mundial-da-agua/>